

ATA SIMPLIFICADA

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR DE ORÇAMENTO E DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU (CGOP1G) do Biênio 2026/2027

Assunto: 2ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor de Orçamento e de Priorização do Primeiro Grau (CGOP1G) – Gestão 26/27

Data: 10/04/2026 – sexta-feira

Horário: 10h30 às 12h45

Local: Presencial e transmissão via Teams

Participantes

- Dr. Felipe Esmanhoto Mateo, Coordenador do CGOP1G, eleito
- Dr. Renato Siqueira De Pretto, Juiz Assessor da Presidência
- Dr. Augusto Bruno Mandelli, Juiz de Direito
- Dra. Denise Indig Pinheiro, Juíza de Direito
- Dra. Elisa Leonesi Maluf, Juíza de Direito
- Patricia Tiuman De Souza Carvalho, Secretária de Primeira Instância
- Vanessa Cristina Martiniano, Secretária de Gestão de Pessoas
- Marco Antonio Lopes Samaan, Secretário de Tecnologia da Informação
- André Laursen Pavani, Secretário de Orçamento e Finanças
- Fabiano Sousa Martins, Secretário de Governança de Sistemas
- Flávio Luiz Dos Santos, Diretor de Assuntos Funcionais da Secretaria da Magistratura
- Rodrigo Teixeira, Diretor da Diretoria de Planejamento Estratégico
- Lilian Cristina De Castro Tramontini, Supervisora de Serviço Comarca de Gália
- Nelson Trus Cabral, Supervisor de Serviço da SPI
- Aurea Satomi Fuziwara, Assistente Social
- Emerson Luiz Ferreira Franco, Oficial de Justiça
- Ednaldo Aparecido Batista, APATEJ
- Fabiana Araújo Moreira, servidora da Diretoria de Planejamento Estratégico

Principais Assuntos conversados

Foram debatidas propostas apresentadas pelo Subgrupo Valorização dos servidores, envolvendo benefícios indenizatórios, auxílios assistenciais, políticas de integração e engajamento dos servidores, saúde mental, avaliação de desempenho, teletrabalho, atendimento ao público no balcão virtual, uso de ferramentas tecnológicas, convênios

institucionais, bem como temas correlatos à carreira e às condições de trabalho de servidores e magistrados.

Resumo detalhado da reunião

O Dr. Felipe Mateo deu início à segunda reunião do Comitê no biênio, concedendo a palavra aos integrantes do subgrupo Valorização dos servidores, Senhores Emerson Franco, Ednaldo Batista e Nelson Cabral, que apresentaram propostas voltadas à valorização, bem-estar e melhoria das condições laborais no âmbito do Tribunal de Justiça de São Paulo.

O Sr. Emerson apresentou seis propostas. A primeira tratou do auxílio-alimentação, sugerindo a adoção de valor fixo mensal, em substituição ao pagamento por dia trabalhado atualmente praticado pelo TJSP, circunstância que coloca o Tribunal entre os últimos colocados no comparativo nacional. A Sra. Vanessa Martiniano, Secretária da SGP registrou que o tema será levado à mesa de negociação com as entidades representativas em 19 de maio. O Sr. André Pavani, Secretário da SOF, alertou para o impacto orçamentário estimado entre 10% e 15%, ressaltando a necessidade de estudos mais aprofundados, inclusive diante das restrições fiscais, da queda da taxa Selic e da redução das receitas financeiras do Tribunal. Destacaram, ainda, a sensibilidade do tema em situações de licença-saúde e licença-maternidade, bem como as incertezas quanto a reflexos previdenciários.

A segunda proposta versou sobre a revisão do auxílio-creche/escola, a partir de levantamento comparativo com outros Tribunais. Informou-se que o valor atualmente pago pelo TJSP é cerca de R\$ 805,00, chegando por volta de R\$ 1.207,00 para crianças com deficiência, enquanto outros órgãos, como o Tribunal Militar, pagam valores bem superiores. Observou-se que o número de beneficiários é relativamente reduzido em relação ao total de servidores ativos. Salientaram os impactos do corte abrupto do benefício aos seis anos de idade, ponderando-se os riscos de dependência e descontinuidade.

A terceira proposta abordou o auxílio-saúde, sugerindo o aumento do número de faixas contributivas de seis para dez, modelo já adotado por outros Tribunais, bem como atenção específica aos servidores com idade superior a 45 anos, cujos custos com planos de saúde tendem a se elevar. Ressaltou-se o cenário financeiro desafiador, com crescimento de despesas e perspectiva de queda de receitas.

A quarta proposta, sem custo para o Tribunal, referiu-se à celebração de convênios para desconto em vacinas de alto custo para servidores e dependentes, destacando-se como desafio principal a logística de armazenamento e conservação. Sobre este quesito, Sra. Vanessa mencionou que o tema pode fazer parte do clube de benefícios já em expediente na SAAB. A quinta proposta abordou a criação de programa psicossocial, reconhecendo-se o impacto financeiro e a necessidade de amadurecimento e detalhamento da iniciativa para a próxima reunião.

Em seguida, o Sr. Ednaldo apresentou propostas voltadas ao resgate da integração dos servidores, ressaltando que a expansão das unidades judiciais digitais, o teletrabalho e o home office contribuíram para a perda de identidade institucional e convivência diária, e que a proposta da utilização dos selos nos cartórios, não seria momento propício. Debateram-se iniciativas de incentivo ao retorno ao fórum, ações simples de convivência, capacitação de gestores para fortalecimento do engajamento e uso de gamificação como instrumento de motivação, não vinculada à produtividade. A Sra. Aurea Fuziwara, destacou que o Tribunal adota o regime de teletrabalho, e não política formal de trabalho remoto, havendo impactos positivos de produtividade em detrimento da ausência do ressarcimento dos gastos do servidor.

O Sr. Ednaldo também apresentou a proposta de extensão da avaliação de desempenho aos gestores, no que ponderaram acerca dos riscos da avaliação 360º, problemas com hierarquia, eventuais conflitos entre colegas e a necessidade de cultura institucional adequada, destacando-se o uso atual da avaliação principalmente para progressão funcional e eventuais processos seletivos internos. O Sr. Rodrigo Teixeira, Diretor da Deplan, acrescentou que um dos itens mais bem avaliados na pesquisa de clima organizacional do TJSP é a questão do relacionamento com o gestor, ressaltou que o problema hierárquico é pontual.

O Sr. Nelson trouxe à discussão a possibilidade de verba indenizatória para o teletrabalho, à luz de resoluções do CNJ, experiências de outros Poderes e do setor privado, ponderando-se riscos de percepção de privilégio, impactos orçamentários, eventuais diretrizes futuras do CNJ e a importância de cautela na condução do tema. Destacaram, ainda, a necessidade de avaliação do custo para o servidor em contraposição à economia institucional, sugerindo-se aprofundamento do debate na comissão do Teletrabalho.

Apresentou também, a proposta de segurança no atendimento ao balcão virtual, relatando-se situações de desrespeito, ameaças e insegurança aos servidores, no que discutiram sobre medidas como gravação automática, treinamento específico, orientações de conduta e preservação do direito de defesa.

Ainda nesse contexto, discutiram o uso de ferramentas de comunicação, como mensageria institucional, segurança no atendimento por aplicativos pessoais, riscos de fraudes, proposta de contas verificadas e eventual uso de chips institucionais, ressaltando-se limitações orçamentárias.

Outros temas foram mencionados sucintamente, como ferramentas de projeção de carreira, acesso a bibliotecas digitais, propostas envolvendo a estrutura da carreira da magistratura e questões relativas a equipamentos de informática, ficando consignado que parte dessas matérias seguirá em tratativas próprias junto à Presidência.

Compromissos Firmados

- 1) **Benefícios Assistenciais:** As propostas relativas aos auxílios alimentação, creche e saúde prosseguirão mediante negociação com as associações representativas, com as devidas atualizações no âmbito deste Comitê;
- 2) **Convênios de desconto:** As tratativas acerca de convênios com clubes de benefícios tramitam sob a responsabilidade da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), em andamento na SAAB para licitação e as respectivas resoluções serão reportadas periodicamente;
- 3) **Programa Psicossocial:** A elaboração do programa psicossocial será elaborada pelo Sr. Emerson Franco e trazida à debate para a próxima reunião;
- 4) **Integração e Engajamento:** A política de integração dos servidores contemplará estratégias de incentivo ao comparecimento presencial, abrangendo ações de convivência, capacitação gestora para fomento ao engajamento e adoção de metodologias de gamificação para fins motivacionais, sem vinculação a metas de produtividade;
- 5) **Teletrabalho:** As questões atinentes ao regime de teletrabalho serão objeto de deliberação em comissão específica, com a atualização dos resultados nestas reuniões;
- 6) **Balcão Virtual:** Serão avaliadas medidas de capacitação e diretrizes de atendimento no "balcão virtual", priorizando-se a segurança institucional e funcional dos servidores;
- 7) **Carreira da Magistratura:** A Deplan verificará a viabilidade de apresentação do programa de projeção de carreira destinado aos magistrados;
- 8) **Temas Remanescentes:** Os demais tópicos deliberados, tais como ferramentas de comunicação, acesso a bibliotecas digitais e infraestrutura de informática, serão objeto de tratativas específicas junto às respectivas Secretarias e à Presidência.

(Nada mais, eu, Fabiana Moreira, servidora da Diretoria de Planejamento Estratégico, minutei a presente ata, que foi conferida e validada pelo Dr. Felipe Esmanhoto Mateo, Coordenador do CGOP1G).